

DARCY RIBEIRO E O O POVO BRASILEIRO:
UMA ALEGORIA HUMANISTA TROPICAL¹

Léa Freitas Perez

Antes de tudo, quero expressar a alegria que é estar aqui hoje nesta prestigiosa universidade, onde tenho caros colegas e amigos muito queridos. Agradeço o generoso, embora imerecido, convite para participar deste III Ciclo de Estudos sobre o Brasil. Tomo a liberdade de dedicar essa minha fala àquele com quem aprendi o ofício e que é a minha principal referência de postura humana e intelectual: meu querido mestre Pedro Ignácio Schimitz.

II

Passemos então ao que me trouxe aqui.

Começo com algumas notas biográficas e bibliográficas de Darcy Ribeiro. Etnólogo, professor, educador, ensaísta, romancista, político, nasceu em Montes Claros (Minas Gerais), em 26 de outubro de 1922 e faleceu em Brasília, em 17 de fevereiro de 1997.

Diplomou-se em Ciências Sociais pela legendária Escola de Sociologia e Política de São Paulo em 1946. Como etnólogo, trabalhou no Serviço de Proteção aos Índios, fundou o Museu do Índio e criou o Parque Indígena do Xingu. Foi membro da primeira diretoria da Associação Brasileira de Antropologia, com o cargo de secretário-geral da associação.

Como educador, teve uma obra rica e fundamental. Foi o criador do primeiro curso de pós-graduação em Antropologia no Museu do Índio, o curso de aperfeiçoamento em Antropologia Cultural. Foi o criador e primeiro reitor da UnB. Fundou também a Universidade Estadual do Norte Fluminense com a ambição de ser uma Universidade do Terceiro Milênio. Foi diretor de Estudos Sociais do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais do MEC. Os polêmicos CIEPs são criação dele. Como senador, elaborou a

1 Este texto, originalmente apresentado sob a forma de palestra no III Ciclo de Estudos sobre o Brasil do Instituto Humanistas da Unisinos, guarda propositalmente o tom oral no qual foi escrito.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, sancionada como Lei Darcy Ribeiro.

Na vida política, sua obra é uma referência importante. Foi ministro da Educação do Governo Jânio Quadros e chefe da Casa Civil do Governo João Goulart. Foi vice-governador do Estado do Rio de Janeiro pelo PDT de Brizola. Ainda na gestão brizolista, acumulou outros cargos, como o de secretário de Estado da Cultura e de coordenador do Programa Especial de Educação, do qual resultaram a Biblioteca Pública Estadual, a Casa França-Brasil, a Casa Laura Alvim, o Centro Infantil de Cultura de Ipanema e o Sambódromo.

De sua vasta produção bibliográfica, ocupam lugar de destaque os cinco volumes de seus Estudos de Antropologia da Civilização: *O processo civilizatório*; *As Américas e a Civilização*; *O dilema da América Latina*; *Os Brasileiros: 1, Teoria do Brasil e Os índios e a Civilização*. Nesses livros, escritos durante o exílio, elaborou uma teoria explicativa das causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos.

Na sua variada produção, pode-se citar também, entre outros: a edição conjunta com Berta Ribeiro da *Suma Etnológica Brasileira*; *A fundação do Brasil*, compêndio de textos históricos dos séculos XVI e XVII; *O Brasil como Problema*, uma compilação de seus discursos e ensaios; *Aos trancos e barrancos*, um balanço crítico da história brasileira de 1900 a 1980; *Sobre o óbvio*, uma coletânea de ensaios insólitos; *Testemunho*, um balanço de sua vida intelectual e *Diários Índios*. No gênero romance, escreveu: *Maira*, *O mulo*, *Utopia selvagem* e *Migo*. Lançou ainda, um livro para adolescentes, *Noções de Coisas*, com ilustrações de Ziraldo.

Seu último ano de vida foi dedicado à organização da Universidade Aberta do Brasil, com cursos de educação a distância e a Escola Normal Superior, para a formação de professores de 1º grau. Organizou a Fundação Darcy Ribeiro, instituída por ele em janeiro de 1996, tendo como sede sua casa em Copacabana. Um de seus últimos projetos lançado publicamente, foi o Projeto Caboclo, destinado ao povo da floresta amazônica.

III

Perguntado sobre o que é a antropologia, Clifford Geertz disse que antropologia é aquilo que os antropólogos fazem. Indagado sobre o que os antropólogos fazem, respondeu que o que os antropólogos fazem é escrever. Vale dizer que a atividade fundamental da antropologia é a escritura, que convencionamos denominar etnografia.

Nos últimos tempos, uma das minhas obsessões intelectuais tem sido justamente esse caráter escritural do fazer etnográfico. Darcy, além de ser um antropólogo que escreveu impor-

tantes etnografias, é também um exímio escritor. Assim, e como se diz em claro e bom português, o convite para falar sobre *O Povo Brasileiro* junta a fome com a vontade de comer.

Passemos, então, ao livro que me cabe comentar: *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*, publicado em 1995 e encerra o plano de *Estudos de Antropologia da Civilização*.

Desde logo, peço escusas aos caros ouvintes, pois não vou fazer uma exposição linear do livro. Vou me limitar a tecer algumas breves notas sobre a escritura de Darcy. Trata-se bela e bem, de um exercício de *bricolage*, pois, propositalmente, dialogo com o texto sem colocar sejam pautas hermenêuticas, sejam pautas nominativas, mas apenas (e não será já suficiente?) aranjando o material tal como ele se dispõe ao longo do livro.

Darcy, ele mesmo explicita o tom e o caráter de sua escritura quando diz que o livro

[...] além de um texto antropológico explicativo, é, e quer ser, um gesto meu na nova luta por um Brasil decente. Portanto, não se iluda comigo, leitor. Além de antropólogo, sou homem de fé e de partido. Faço política e faço ciência, movido por razões éticas e por um fundo patriotismo. Não procure, aqui, análises isentas. Este é um livro que quer ser participante, que inspira a influir sobre as pessoas, que aspira a ajudar o Brasil a encontrar-se a si mesmo (p. 17).

Esta modalidade de escritura, passional, inflamada, arrebatadora, em uma palavra, barroca é também politicamente engajada e ideologicamente comprometida. É impossível ficar imune a ela, seja para deixar-se por ela levar e a ela aderir, seja para refutá-la, denegri-la. A escritura de Darcy é, para além do bem e do mal, sem perdão, absolutamente radical, simultaneamente conclama e obriga uma tomada de posição por parte do leitor.

A estratégia narrativa do livro é a de responder à antiga e anacrônica interrogação, repetidas vezes colocada em pauta no pensamento social brasileiro: por que o Brasil ainda não deu certo? O livro propõe-se, então, a elaborar uma teoria explicativa do Brasil, o que o filia a uma clássica linhagem de pensadores do Brasil, como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, diga-se de passagem, ambos citados no livro. No entanto, seu explícito e polêmico posicionamento político-ideológico deles o afasta.

Numa primeira instância é um grande painel sobre a formação do povo brasileiro e suas diferentes configurações na longa duração. É, portanto, na história que é buscada a explicação. Assim sendo, e como antropologia da civilização, seu *locus* está acentado na construção de uma teoria da história alternativa as que se ofereciam, que ele diz serem “impotentes”, pois que “eurocêntricas demais” para nos “fazer intelegíveis (p. 13).

A este propósito em um momento de grandiloquência retórica escreve:

Não é tarefa fácil definir o caráter atípico de nosso processo histórico, que não se enquadra nos esquemas conceituais elaborados para explicar outros contextos e outras seqüências. Com efeito, surgindo no leito do cunhadismo, estruturando-se com base numa força de trabalho africana, o Brasil se configura como uma coisa diferente de quantas haja, só explicável em seus termos, historicamente (p. 247).

Todavia, e como necessariamente implicado na pergunta inicial, *O povo brasileiro* é também um manifesto político, a elaboração de um projeto de intervenção para que o Brasil finalmente dê certo. Nesta medida, é uma ficção, uma utopia salvacionista sobre o Brasil e para o Brasil, para sua redenção.

O livro, como ele mesmo diz, foi o maior desafio a que se propôs e que levou mais de trinta anos e várias versões para ser escrito. A escritura final foi pautada, nota ele, pela “iminência de morrer sem concluí-lo”, o que o fez fugir do hospital onde se tratava de um câncer pulmonar (p. 11). Nessa dimensão, é também um balanço de vida e um testamento político-intelectual. Ou seja, *O povo brasileiro* não tem um único registro. O que vale dizer que não é um livro, são vários livros. Sua estrutura é a de um palimpsesto e sua veia é a da construção/tecimento de uma alegoria humanista-tropical sobre o “novo gênero humano” que somos, “a nova Roma” que somos. E sintomaticamente começo por onde o livro termina. Na conclusão, significativamente denominada “O destino nacional”, onde Darcy conclama/prega a unificação latino-americana “sonhada por Bolívar”, “nosso destino”, lemos “Somos povos novos ainda na luta para nos fazermos a nós mesmos como um gênero humano novo que nunca existiu antes. Tarefa muito mais difícil e penosa, mas também muito mais bela e desafiante” (p. 454). Ou dito em outros termos: “pertencemos ao gênero dos “povo novos, em fazimento”, cujo desafio” é o de “reinventar o humano, criando um novo gênero de gentes, diferentes de quantas haja” (p. 453).

As 455 páginas do livro são, assim, uma mescla de libelo e de profecia nacionalista. Ou em uma linguagem mais tropológica: essas 455 páginas encenam alegoria humanista-tropical². A antropologia e a história estão nitidamente a serviço desta dimensão ficcional do texto. Não é sem razão que seus conceitos centrais sejam o de “transfiguração étnica” e o de “atualização histórica”. O primeiro definido como “o processo através do qual os povos, como entidades culturais, nascem, se transformam e morrem” (p. 257). O segundo, como o “processo de incorporação a um dado processo civilizatório” que interrompendo a linha

2 Estou usando tropo aqui no sentido de figuras de linguagem que realizam variadas operações, entre outras, analogias, metonímias, sinédoques, conotações, permutações, inversões, que constituem e revelam as estratégias retóricas e textuais de construção de um dado discurso. Dito de outro modo, tropo diz respeito ao caráter, à dimensão alegórica da narrativa.

evolutiva prévia das populações, exerce sobre ela a dominação e a transfiguração (p. 73-4).

Esses conceitos, pensados em uma base evolucionista-funcionalista e apoiados em uma perspectiva determinista, permitem alocar nossa conformação social e cultural como variante da “versão lusitana da tradição civilizatória européia ocidental”, todavia, diferenciada “por coloridos herdados dos índios americanos e dos negros africanos”, de modo que o Brasil “emerge, assim, como um renovo mutante, remarcado de características próprias, mas atado genesicamente à matriz portuguesa, cujas potencialidades insuspeitadas de ser e de crescer só aqui se realizariam plenamente” (p. 20).

A dimensão de peça intelectual construída com uma ficção com intenções revolucionárias fica evidente quando comenta o tratamento dispensado aos dados demográficos sobre o Brasil colonial:

Não contando com séries estatísticas confiáveis para o passado – se não as temos nem no presente –, faremos uso aqui, vastamente, do que eu chamo de demografia hipotética. Vale dizer, séries históricas compostas com base nos poucos dados concretos e completadas com o que parece verossímil (p. 141).

Verossimilhança é, pois, a chave da retórica num livro que se pretende construtor de uma teoria da história.

Depois de compor toda uma vasta teoria da história, que concluo com este livro, devo confessar que as grandes seqüências históricas, únicas e irrepetíveis, em essência são inexplicáveis.

O que alcançamos são algumas generalizações válidas que lançamos aqui e ali, iluminando passagens. É, porém, irresistível, como aventura intelectual, a procura dessas generalizações. É também indispensável, porque nenhum povo vive sem uma teoria de si mesmo. Se não tem uma antropologia que a proveja, improvisa-a e difunde-a no folclore (p. 269).

Posto o sentido geral da alegoria humanista-tropical, passo agora a comentar os movimentos e trajetões escriturais que a tecem. Os movimentos e trajetões narrativos e retóricos percorridos no tecimento/encenação da alegoria humanista-tropical podem ser nitidamente evidenciados no plano do livro.

A primeira parte, *O novo mundo*, é dividida em três capítulos: *Matrizes étnicas*, *O enfretamento dos mundos*, *O processo civilizatório*. A segunda parte, *Gestação étnica*, divide-se em outros três capítulos: *Criatório de gente*, *Moinhos de gastar gente*, *Bagos e ventres*. Essas duas partes tecem/encenam o processo de “gestação étnica” e/ou de “atualização histórica” da “implantação colonial européia” da qual resultou o novo “povo-nação”

que somos nós, povo “plasmado principalmente pela mestiçagem” e que se multiplicou prodigiosamente como uma morena humanidade em flor”, e que ainda se encontra à “espera de seu destino” (p. 68, 76).

A terceira parte, *Processo sociocultural*, é composta por cinco capítulos: *Aventura e rotina*, *A urbanização caótica*, *Classe, cor e preconceito*, *Assimilação ou segregação*, *Ordem versus progresso*. Nesta parte, Darcy dedica-se à construção do argumento de que as bases da nossa formação, estão ancoradas em “conflitos de toda ordem” – étnicos, sociais, econômicos, religiosos, raciais etc. – que “dilaceraram a história brasileira”, o que explica as razões causais das mazelas e dilemas do Brasil, do seu atraso. Enfatiza que esses conflitos, e isso é fundamental em sua retórica, “nunca são conflitos puros”, pois “cada um se pinta com as cores dos outros” (p. 167).

A quarta parte, *Os Brasis na história*, subdivide-se em seis capítulos: *Brasis – introdução*, *O Brasil crioulo*, *O Brasil caboclo*, *O Brasil sertanejo*, *O Brasil caipira*, *Brasis sulinos*. Nela, que se poderia chamar de estudo de caso, o foco é, dando continuidade ao movimento de tecimento/encenação da alegoria humanista-tropical, dar um sentido de unidade ao Brasil. Argumenta: em que pesem as diversidades regionais (que nada mais são, do que “formas de adaptação especializada da configuração histórico-cultural”), o Brasil é um todo uno, amalgamado por uma cultura única, por uma nova etnia (p. 253). A aglutinação numa só nação dos diversos núcleos regionais é considerado algo “espantoso”, dado que “durante o período colonial, cada um deles teve relação direta com a metrópole”, o ‘natural’ seria, então, a dispersão que ocorreu na América hispânica. Todavia, “[...] a história é caprichosa, o “natural” não aconteceu. Ocorreu o extraordinário, nos fizemos um povo-nação, englobando todas aquelas províncias ecológicas numa só entidade cívica e política” (p. 273).

A quinta e última parte, sintomaticamente denominada *O destino nacional*, e que faz às vezes de conclusão, tem duas divisões: *As dores do parto* e *Confrontos*, é o *gran finale* no/do tecimento/encenação da alegoria humanista-tropical. É nela que Darcy prega seu projeto político, sua utopia salvacionista sobre o Brasil e para o Brasil, para sua redenção final: sua transformação de povo em si em povo para si.

Vejam agora um pouco mais de perto cada um dos movimentos retóricos da construção textual do livro e os argumentos utilizados pelo autor no tecimento da narrativa.

O primeiro movimento é o da reconstrução da gênese do Brasil nos quadros do processo civilizatório levado a efeito pelo braço lusitano dos “impérios mercantis salvacionistas” (p. 64). O que ele chama de, note-se bem a expressão, “gestação étnica”. Movimento fundamental em seu argumento,

pois é o que permite explicar simultaneamente nosso atraso e nossa singularidade.

A base de nossa gestação étnica seria o “cunhadismo”, esse “velho uso indígena de incorporar estranhos à sua comunidade” (p. 81). Veja-se o modo como é construída a narrativa.

Sem a prática do cunhadismo, era impraticável a criação do Brasil. Os povoadores europeus que aqui vieram eram uns poucos náufragos e degredados, deixados pelas naus da descoberta, ou marinheiros fugidos para aventurar vida nova entre os índios. Por si sós, teriam sido uma erupção passageira na costa atlântica, toda povoada por grupos indígenas.

Com base no cunhadismo se estabelecem criatórios de gente mestiça nos focos onde náufragos e degredados se assentaram (p. 83).

Do “bagos europeus” e dos “ventres indígenas”, registre-se a impetuosidade literal dos termos empregados, nasceram os “brasilíndios”/mamelucos, que constituíram

[...] um gênero humano novo, que não era nem se reconhecia, nem era visto como tal pelos índios, pelos europeus e pelos negros. Esse gênero de gente alcançou uma eficiência inexcelsível, a seu pesar, como agentes da civilização. Falavam sua própria língua, tinham sua própria visão do mundo, dominavam uma alta tecnologia de adaptação à floresta tropical (p. 109).

Os brasilíndios constituem para Darcy a “protocélula original da cultura brasileira”, também denominada “protocélula luso-tupi” (p. 114). Se o índio desempenha a função genésica fundamental do povo brasileiro, a função civilizatória é desempenhada pelo negro. Há, portanto, uma nítida divisão funcional de papéis entre nossos ancestrais fundadores. O negro “Seria, por excelência, o agente de europeização, que difundiria a língua do colonizador e ensinaria aos escravos recém-chegados as técnicas de trabalho, as normas e valores próprios da subcultura a que se via incorporado” (p. 16).

A dimensão nitidamente alegórica da escritura de Darcy fica evidente, quando ele descreve a vinda e vida dos escravos africanos para o Brasil. Trata-se de uma narrativa nitidamente persuasiva, e que visa à condenação moral e ideológica da empresa colonial. Na travessia, metido no navio, o negro era deitado no meio de cem outros para ocupar, por meios e meio, o exíguo espaço do seu tamanho, mal comendo, mal cagando ali mesmo, no meio da fedentina mais hedionda (p. 119).

Aqui, estava condenado a

[...] viver o destino que lhe havia prescrito a civilização: trabalhar dezoito horas por dia, todos os dias do ano. No domingo, podia cultivar uma rocinha, devorar faminto a parca

e porca ração de bicho com que restaurava sua capacidade de trabalhar no dia seguinte até a exaustão (p. 19).

Era uma vida “sem amor de ninguém, sem família, sem sexo que não fosse a masturbação, sem nenhuma identificação possível com ninguém” (p. 119).

Note-se como o autor chama a cumplicidade do leitor, evocando valores e condições de vida que todos sabemos estão no cerne da subjetividade ocidental-moderna, imputando-os aos africanos e, assim, realizando a operação etnocêntrica de tornar o outro a origem do mesmo, ou seja, reificando a diferença. Dito de outro modo, mais cru: Darcy atira no que vê, mas acerta no que não vê, isto é, sua condenação do colonialismo nada mais faz do que revelar as bases epistêmicas de sua própria consciência colonial culpada, que é também, *et pour cause*, uma culpa religiosa.

Essa culpa ele quer partilhar com o leitor quando diz: “Todos nós, brasileiros, somos carne da carne daqueles pretos e índios supliciados. Todos nós, brasileiros, somos, por igual, a mão possessa que os supliciou” (p. 120).

A mais terrível de nossas heranças é esta de levar sempre conosco a cicatriz de torturador impressa na alma e pronta a explodir na brutalidade racista e classista (p. 120). Quem é afinal, o brasileiro gestado? Um ser mestiço que se constitui pela negação.

O primeiro brasileiro consciente de si foi, talvez, o mameluco, esse brasilíndio mestiço na carne e no espírito, que, não podendo identificar-se com os que foram seus ancestrais americanos – que ele desprezava –, nem com os europeus – que o desprezavam –, e sendo objeto de mofa dos reinóis e dos lusonativos, via-se condenado à pretensão de ser o que não era nem existia: o brasileiro (p. 128).

E o Brasil, o que é?

Primeira resposta:

O Brasil é a realização derradeira e penosa dessas gentes tupis, chegadas à costa atlântica um ou dois séculos antes dos portugueses, e que, desfeitas e transfiguradas, vieram dar no que somos: uns latinos tardios de além-mar, amorenados na fusão com brancos e com pretos, deculturados das tradições de suas matrizes ancestrais, mas carregando sobrevivências delas que ajudam a nos contrastar tanto com os lusitanos (p. 130).

Somos, avança, enunciando nossa “singularidade bizarra”, “uma fórmula extraordinariamente feliz de adaptação do homem ao trópico como uma civilização vinculada ao mundo português mas profundamente diferenciada dele” (p. 130).

Explicada a nossa gestação, o filho parido, poder-se-ia dizer, usando os próprios tropos do autor, o movimento seguinte é

mostrar como ele cresce. Trata-se da análise explicativa de nosso “processo sociocultural”.

O motor de nosso processo sociocultural, ou seja, a estruturação de uma sociedade de classes e modos de vida urbanos, é, tal como já mencionado, o conflito, que entra no argumento para se opor à idéia da cordialidade como característica fundamental do brasileiro.

Diz ele:

O processo de formação do povo brasileiro, que se fez pelo entrecchoque de seus contingentes índios, negros e brancos, foi por conseguinte, altamente conflitivo. Pode-se afirmar, mesmo, que vivemos praticamente em estado de guerra latente, que, por vezes, e com freqüência, se torna cruento, sangrento (p. 168).

Sangrento, porque “as forças que se defrontam” são “cruamente desiguais”.

De um lado, sociedades tribais, estruturadas com base no parentesco e outras formas de sociabilidade, armadas de uma profunda identificação étnica, irmanadas por um modo de vida essencialmente solidário. Do lado oposto, uma estrutura estatal, fundada na conquista e dominação de um território, cujos habitantes, qualquer que seja a sua origem, compõem uma sociedade articulada em classes, vale dizer, antagonicamente opostas mais imperativamente unificadas para o cumprimento de metas econômicas socialmente irresponsáveis (p. 169).

É o cenário do bom selvagem em luta contra o malvado civilizado. No entanto, em que pese a desigualdade evolutiva, na escala do processo civilizatório, das forças em confronto, os oprimidos resistem e tentam “fugir do destino que lhes é prescrito” (p. 175). O tropo é explicitamente fatalista: o destino prescrito.

O desenvolvimento de nossa “caótica” urbanização, aumentando ainda mais as “distâncias sociais e culturais”, vai acentuar ainda mais os conflitos, pois que além de sua já existente faceta racial recebe agora uma outra, a de classe (p. 210).

A este propósito, Darcy nos brinda com uma pérola de sua retórica, fundamentalmente em um jogo de opostos.

[...] no Brasil, as classes ricas e as pobres se separam umas das outras por distâncias sociais e culturais quase tão grandes quanto as que emedeam entre povos distintos. Ao vigor físico, à longevidade, à beleza dos poucos situados no ápice – como expressão do usufruto da riqueza social – se contrapõe a fraqueza, a enfermidade, o envelhecimento precoce, a feiúra da imensa maioria – expressão da penúria em que vivem. Ao traço refinado, à inteligência – enquanto reflexo de instrução –, aos costumes patricios e cosmopolitas dos dominadores, corresponde o traço rude, o saber

vulgar, a ignorância e os hábitos arcaicos dos dominados” (p. 211).

A estratificação social brasileira, gerada historicamente como “negócio” faz do Brasil

[...] ainda hoje, menos uma sociedade do que uma feitoria, porque não estrutura a população para o preenchimento de suas condições de sobrevivência e de progresso, mas para enriquecer uma camada senhorial voltada para atender às solicitações exógenas (p. 212).

Diante dessa “estrutura autopropetuada de opressão”, argumenta que a “única saída possível” é “o surgimento e a expansão do movimento operário” (p. 219). Ao lado do fatalismo, evidencia-se o viés teleológico, característico da perspectiva progressiva-projetiva da história que ancora e sustenta a teoria da história que Darcy intenta construir.

Um argumento importante na construção da alegoria humanista-tropical é o de que se, de um lado, desenvolve-se no Brasil, pelo embricamento entre classe e raça, um “racismo assimilacionista”, que cria uma ilusão de democracia racial, mas que de fato perpetua a desigualdade social, de outro, há uma “homogeneidade cultural básica”, isto é, “uma mesma cultura” que “a todos engloba e uma vigorosa autodefinição nacional, cada vez mais brasileira” e que “a todos anima” (p. 226, 246).

A cultura que nos unifica como “etnia nacional” gera um “brasileirismo” que, de tão arraigado hoje, “resulta em xenofobia, por um lado, e, por outro, em vanglória nacionalista” (p. 243). Ou seja, oscilamos entre a assimilação e a segregação. Novamente os do jogo de opostos são acionados:

Os brasileiros todos torcem nas copas do mundo com um sentimento tão profundo como se se tratasse de guerra de nosso povo contra todos os outros povos do mundo. As vitórias são festejadas em cada família e as derrotas sofridas como vergonhas pessoais (p. 243).

Entretanto, qual é o resultado final de nosso processo socio-cultural? Neste, Darcy faz um movimento/trajeto retórico bastante sugestivo de sua teoria da história: o jogo de opostos que vinha sendo construído ao longo do tempo tem agora sua base revelada, a síntese dialética.

Segundo ele, “a contraparte dialética da intencionalidade do projeto colonial é o caráter anárquico, selvagem e socialmente irresponsável da expansão dos núcleos brasileiros” (p. 245). De modo que o Brasil que “se fez a si mesmo” – como resultante do “embate” entre o “racionalismo burocrático” (projeto colonial) e o “espontaneísmo” (formação anárquica dos núcleos brasileiros) – é simultaneamente “tão oposto ao projeto lusitano e tão surpreendente para os próprios brasileiros” (p. 246).

A síntese final dos antagonismos (e segunda resposta sobre o que é o Brasil) é uma “façanha” histórica, isto é, a nossa constituição “como um povo étnico, nacional e culturalmente unificado”. Todavia, esse argumento é fundamental para o assentamento do *gran finale* da narrativa, “[...] é uma façanha ainda inacabada, pois que ainda padecemos do malogro dos nossos esforços de nos estruturarmos solidariamente, no plano socioeconômico, como um povo que exista para si mesmo” (p. 247, 248).

Dito de outro modo, a redenção ainda não foi atingida. A única possibilidade de atingi-la é “alcançar o máximo de lucidez para intervir eficazmente na histórica a fim de reverter sua tendência secular. Esse é o nosso propósito”, afirma argumentando (p. 248):

A história nos fez, pelo esforço de nossos antepassados, detentores de um território prodigiosamente rico e de uma massa humana metida no atraso mas sedenta de modernidade e de progresso, que não podemos entregar ao espontaneísmo do mercado mundial. A tarefa das novas gerações de brasileiros é tomar este país em suas mãos para fazer dele o que há de ser, uma das nações mais progressistas, justas e prósperas da terra (p. 204).

O último movimento/trajeto na/da construção da alegoria humanista-tropical é a pregação da futura redenção pela emancipação do proletariado. Vejamos, então, o argumento. O Brasil é o resultado de duas revoluções – a “agrário-mercantil” e a “industrial” – que correspondem a “dois passos” evolutivos, “um de três séculos, o outro de quase dois”, no curso dos quais “[...] a sociedade brasileira assumiu diversas formas, variantes no tempo e no espaço, como modos sucessivos de ajustamento a distintos imperativos externos e a diferentes condições econômicas e ecológicas regionais” (p. 260).

No primeiro passo, a sociedade brasileira “[...] moeu e fundiu as matrizes originais indígena, negra e européia em uma entidade étnica nova, pela via evolutiva da atualização ou incorporação histórica, que foi o caminho comum de formação dos povos novos das Américas” (p. 260).

No segundo passo, a sociedade brasileira se transfigura novamente por atualização

Agora para incorporar, numa versão neocolonial da civilização industrial, os contingentes homogeneizados através da deculturação processada anteriormente, sob a pressão da escravidão, e reajustá-los a uma nova ordenação socio-política (p. 260).

O Brasil, estado-nação, não é soberano, entre outras razões porque realizou uma modernização recolonizadora” (p. 250). Dito de outro modo,

Modernizada reflexamente, apesar de ungida nessa institucionalidade retrógrada, a sociedade brasileira não conforma um remanescente arcaico da civilização ocidental, cujos agentes lhe deram nascimento, mas um dos seus “proletariados externos”, conscritos para prover certas matérias-primas e para produzir lucros exportáveis (p. 251).

A argumentação recorre ao tropo da luta proletária para justificar a transformação do povo brasileiro, de povo em si para povo para si.

O jogo de opostos necessário para a proposição da síntese final aparece também quando Darcy diz que dado o fato de o Brasil ter sido “regido primeiro como uma feitoria escravista, exoticamente tropical, habitada por índios nativos e negros importados” e a seguir “como um consulado”, o resultado é a constituição de “um povo sublusitano, mestiçado de sangues afros e índios, [que] vivia o destino de um proletariado externo dentro de uma possessão estrangeira”. Em síntese: “os interesses e as aspirações do seu povo jamais foram levados em conta” (p. 447).

Então, a estratégia final é montada: “Nunca houve aqui um conceito de povo, englobando todos os trabalhadores e atribuindo-lhes direitos. Nem mesmo o direito elementar de trabalhar para nutrir-se, vestir-se e morar” (p. 447).

Eis assim exposto “o fator causal do atraso” brasileiro: “o modo de ordenação da sociedade, estruturada contra os interesses da população, desde sempre sangrada para servir os desígnios alheios e opostos aos seus” (p. 452).

Numa tal ordenação,

Não há, nunca houve, aqui um povo livre, regendo seu destino na busca de sua própria prosperidade. O que houve e o que há é uma massa de trabalhadores explorada, humilhada e ofendida por uma minoria dominante, espantosamente eficaz na formulação e manutenção de seu próprio projeto de prosperidade, sempre pronta a esmagar qualquer ameaça de reforma da ordem social vigente (p. 452).

Em que pesem “as sérias constrictões ao desenvolvimento” que nosso processo de transfiguração operou há “esperanças” (p. 261, 264). Mesmo que sejamos “uma província da civilização ocidental”, “uma nova Roma, uma matriz ativa da civilização neolatina”, somos também “[...] melhores que as outras, porque lavada em sangue negro e em sangue índio, cujo papel, doravante, menos que absorver europeidades, será ensinar o mundo a viver mais alegre e mais feliz” (p. 265).

O tom é nitidamente messiânico.

O exemplo que podemos ser para o mundo vem do que Darcy chama de “erupções de criatividade”, cujo exemplo, entre outros é o culto à lemanjá.

Essa entidade negra, que se cultuava a 2 de fevereiro na Bahia e a 8 de março em São Paulo, foi arrastada pelos negros do Rio de Janeiro para 31 de dezembro. Com isso aposentamos o velho e ridículo Papai Noel, barbado, comendo frutas européias secas, arrastado num carro puxado por veados. Em seu lugar, surge, depois da Grécia, a primeira santa que fode. A Iemanjá não se vai pedir a cura do câncer ou da AIDS, pede-se um amante carinhoso e que o marido não bata tanto (p. 264).

Esse “povo em ser, impedido de sê-lo”, que somos nós, encontra-se “na dura busca de seu destino”, estando aberto “para o futuro” (p. 453, 454).

“Na verdade das coisas”, proclama/profetiza, “o que somos é a nova Roma” (p. 454). Mais ainda “uma Roma tardia e tropical” que está

Se construindo na luta para florescer amanhã como uma nova civilização, mestiça e tropical, orgulhosa de si mesma. Mais alegre, porque mais sofrida. Melhor, porque incorpora em si mais humanidades. Mais generosa, porque aberta à convivência com todas as raças e todas as culturas e porque assentada na mais bela e luminosa província da Terra (p. 454, 455).

IV

Como meu tempo já está se esgotando, é boa hora para fazer algumas pequenas observações finais.

Reticoramente, a narrativa de *O Povo brasileiro* ancora-se no “pessimismo sentimental”, característico da consciência culpada do Ocidente. De tanto enfatizar a dominação como eixo estruturante de nossa configuração histórica, Darcy, acaba por diluir a complexidade dos arranjos que aqui se fizeram, tornando completa a dominação. Como bem se pergunta, a este propósito, Marsahl Sahlins

[...] será que todos esses tristes tropos da hegemonia ocidental e da anarquia local, do contraste entre um sistema mundial poderoso e a incoerência cultural das pessoas, não imitam, no plano acadêmico, o mesmo imperialismo que pretendem desprezar? Como ataque à integridade cultural e à ação histórica dos povos periféricos, eles fazem, na teoria, exatamente o que o imperialismo procura fazer na prática³.

Darcy Ribeiro, sem sombra de dúvidas, é uma personagem fundamental na história brasileira contemporânea. Certamente muito mais como personagem mesmo, como polemista, do que efetivamente como intelectual e até mesmo como político. Men-

3 SAHLINS, Marshall. *Cultura na prática*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2004. p. 511.

te febril, inquieta, Darcy é um Dom Quixote mestiço e tropical,
que de si mesmo diz

Fracassei em tudo o que tentei na vida.

Tentei alfabetizar as crianças brasileiras, não consegui.

Tentei salvar os índios, não consegui.

Tentei fazer uma universidade séria e fracassei.

Tentei fazer o Brasil desenvolver-se autonomamente e fracassei.

Mas os fracassos são minhas vitórias.

Eu detestaria estar no lugar de quem me venceu

Muito obrigada.